



## CONTEXTOS E PROJEÇÕES NA ESCRITA E COMPOSIÇÃO DE *UALALAPI* (1987), DE UNGULANI BA KA KHOSA<sup>1</sup>

CONTEXTS AND PROJECTIONS IN THE WRITING AND COMPOSITION  
OF *UALALAPI* (1987) BY UNGULANI BA KA KHOSA

CONTEXTOS Y PROYECCIONES EN LA ESCRITURA Y COMPOSICIÓN  
DE *UALALAPI* (1987) DE UNGULANI BA KA KHOSA

Rodrigo Santos Dultra<sup>2</sup>

### RESUMO

As literaturas africanas de países de língua oficial portuguesa mostram-se como documentos da memória cultural dos espaços em que são produzidas, principalmente aquelas escritas no pós-independência. Ungulani Ba Ka Khosa desponta como um dos escritores que faz uso das memórias ancestrais e escreve suas obras envolto em uma atmosfera da contação de estórias e discursos proverbiais próprios da cultura ancestral africana, muitas vezes ao revés dos discursos historiográficos em curso. Seu primeiro livro *Ualalapi* (1987) é um grande exemplo disso. O presente artigo pretende evidenciar os contrastes, semelhanças e relações entre a historiografia e o discurso literário construído por Khosa, buscando também comparar esses discursos, através da análise textual. O autor recria em sua narrativa acontecimentos do período da formação e derrocada do império de Ngungunhane (1884-1895), considerado um dos maiores imperadores africanos. Ele nos brinda com uma narrativa forte e desafiadora, na qual não apenas os vultos históricos como também os fatos são colocados à prova. Neste artigo, a figura de Ngungunhane é analisada sob a ótica histórica e literária através de um estudo comparativo e analítico trazendo à baila versões outras das históricas, diferentes daquelas que circulavam em Portugal baseadas em relatórios e outros documentos oficiais, tomando como base o exercício proposto por Khosa na produção da narrativa em tela. Constata-se o empenho do autor de não apenas aludir aos fatos, mas também remontá-los utilizando fontes locais, circulares e de dentro. As contribuições de RIBEIRO (2016), ADICHIE (2009), MATA (2003), BENJAMIN (1987) e VILHENA (1999) servirão como escopo crítico-teórico da análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ungulani Ba Ka Khosa, *Ualalapi*, Ngungunhane, literatura moçambicana.

1 Este artigo nasce a partir das reflexões e discussões feitas na minha dissertação de mestrado defendida em 2017 no programa de pós-graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A dissertação foi orientada pela Professora D<sup>a</sup> Maria de Fátima Ribeiro.

2 Doutorando em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente sou professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).



**ABSTRACT**

*African literatures from Portuguese-speaking countries show themselves as documents of the cultural memory of the spaces in which they are produced, especially those written in the post-independence period. Ungulani Ba Ka Khosa emerges as one of the writers who makes use of ancestral memories and writes his works in an atmosphere of storytelling and proverbial discourses typical of African ancestral culture, often contrary to the current historiographical discourses. His first book Ualalapi (1987) is a great example of this. This paper intends to highlight the contrasts, similarities, and relationships between historiography and the literary discourse constructed by Khosa, also seeking to compare these discourses through textual analysis. The author recreates in his narrative events from the period of the formation and collapse of Ngungunhane's empire (1884-1895), considered one of the greatest African emperors. He offers us a strong and challenging narrative in which not only historical figures, but also facts are put to the test. In this article, the figure of Ngungunhane is analyzed from a historical and literary point of view through a comparative and analytical study bringing to light other versions of the historical ones, different from those that circulated in Portugal based on reports and other official documents, taking as a basis the exercise proposed by Khosa in the production of the narrative in question. The author's effort to not only allude to the facts, but also to reassemble them using local, circular, and insider sources, is noted. The contributions of RIBEIRO (2016), ADICHIE (2009), MATA (2003), BENJAMIN (1987) and VILHENA (1999) will serve as the critical-theoretical scope of the analysis.*

**KEYWORDS:** *Ungulani Ba Ka Khosa, Ualalapi, Ngungunhane, Mozambican literature.*

**RESUMEN**

*La literatura africana de los países cuya lengua oficial es el portugués se muestra como documentos de la memoria cultural de los espacios en los que se producen, especialmente los escritos en el periodo posterior a la independencia. Ungulani Ba Ka Khosa emerge como uno de los escritores que hace uso de las memorias ancestrales y escribe sus obras en un ambiente de narración y discursos proverbiales típicos de la cultura ancestral africana, a menudo contrarios a los discursos historiográficos actuales. Su primer libro Ualalapi (1987) es un gran ejemplo de ello. Este artículo pretende poner de manifiesto los contrastes, las similitudes y las relaciones entre la historiografía y el discurso literario construido por Khosa, tratando también de comparar estos discursos a través del análisis textual. El autor recrea en su relato los acontecimientos del periodo de formación y colapso del imperio de Ngungunhane (1884-1895), considerado uno de los mayores emperadores africanos. Nos presenta una narración fuerte y desafiante, en la que se ponen a prueba no sólo las cifras históricas sino también los hechos. En este artículo, se analiza la figura de Ngungunhane desde el punto de vista histórico y literario a través de un estudio comparativo y analítico que saca a la luz otras versiones de los históricos, diferentes de las que circularon en Portugal a partir de informes y otros documentos oficiales, tomando como base el ejercicio propuesto por Khosa en la producción de la narrativa en cuestión. Se nota el esfuerzo del autor no sólo por aludir a los hechos, sino también por recomponerlos utilizando fuentes locales, circulares y de información privilegiada. Los aportes de RIBEIRO (2016), ADICHIE (2009), MATA (2003), BENJAMIN (1987) y VILHENA (1999) servirán como ámbito crítico-teórico del análisis.*

**PALABRAS CLAVE:** *Ungulani Ba Ka Khosa, Ualalapi, Ngungunhane, literatura mozambiqueña.*

## 1. A (re)criação das histórias na contação da “estória”<sup>3</sup>

“A estória não se quer história. A estória, em rigor, deve ser contra a História.  
A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota.  
(Guimarães Rosa).

Ungulani Ba Ka Khosa é o nome *tsonga*<sup>4</sup> de Francisco Esaú Cossa, filho de assimilados, que teve a língua portuguesa como primeira língua, só na adolescência aprendendo outras línguas nacionais. Formado em Geografia e História, atuou como professor primário em Moçambique. Trabalhou também no ministério da Educação e na Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Além de *Ualalapi* (1987), publicou outros livros que, como o primeiro, discutem aspectos da história e da memória cultural de Moçambique, como é o caso de *Orgia dos loucos* (1990), *Histórias de Amor e Espanto* (1999), *No Reino dos Abutres* (2002), *Os sobreviventes da noite* (2007), *Choriro* (2009), *Entre memórias silenciadas* (2013), *Cartas de Inhaminga* (2017), *Gungunhana: Ualalapi e as Mulheres do Imperador* (2018).

Ba Ka Khosa, como um desses novos escritores surgidos no pós-independência e um dos criadores da revista *Charrua*, estará preocupado em destacar o passado histórico de Moçambique através da literatura. Ele mesmo afirma em entrevista (2011)<sup>5</sup> que “durante o processo de formação nacional em Moçambique houve uma tentativa de obliteração dos elementos culturais de muitos povos africanos”, em face do que se torna plausível o seu empenho em evidenciar esses elementos na sua escrita em língua portuguesa. Um registro de língua portuguesa que, conforme defende Maria de Fátima Ribeiro (2016), pelo alto grau de apropriação, transgressão e recriação, coaduna-se com a eclosão de um singular português moçambicano, enquanto língua literária, talvez em consonância com realizações cotidianas de determinado grupo social ou comunidade (RIBEIRO, 2016). Além do aporte temático e dos inúmeros traços da oralidade que são constitutivos dos textos, Khosa procura transmitir à narrativa atmosfera e lógica que se aproximam da contação de histórias característica das culturas africanas tradicionais.

---

3 A palavra estória é considerada arcaica no português brasileiro, em 1943 a Academia Brasileira de Letras (ABL) instituiu o uso da palavra história, mesmo se tratando de uma narrativa popular ou tradicional. No entanto, essa palavra se mantém em uso no português africano, nomeadamente nas literaturas angolana e moçambicana, a exemplo de João Melo, Manuel Rui, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa. O uso da palavra “estória” nesse artigo recupera o sentido do poder que as narrativas tradicionais têm de contrapor as histórias oficiais e hegemônicas que, muitas vezes, se pretendem únicas. O escritor Luís Bernardo Honwana ao referir-se à palavra estória diz que “(...) é o Luandino quem entre nós inaugura esta forma de designar o que de outro modo chamaríamos de conto” (HONWANA, 2019. p.134).

4 De acordo com as diversas fontes consultadas, os *tsongas* são encontrados na província de Limpopo, Mpumalanga e no sul de Moçambique, tanto na região de Gaza quanto de Maputo.

5 Entrevista concedida ao jornalista Allan da Rosa em 2011, para programa Entrelinhas TV Cultura. Disponível no endereço: < [https://tvcultura.com.br/videos/26724\\_entrelinhas-ungulani-ba-ka-khosa.html](https://tvcultura.com.br/videos/26724_entrelinhas-ungulani-ba-ka-khosa.html) > Acesso em 18 ago. 2016.

Características como diálogos intermediados por provérbios, marcas gráficas que indicam saltos temporais e concomitância dos fatos narrados, e a presença de um “mais velho” como narrador das estórias estão presentes em *Ualalapi* (1987), livro composto por seis narrativas curtas que apresentam interligações pela intriga e pelas personagens, mas que, até certo ponto, podem ser lidas como narrativas independentes ou capítulos de uma narrativa maior, embora o escritor classifique-as de contos contínuos<sup>6</sup>, reforçando a primeira leitura. Na edição brasileira da Nandyala lançada em 2013, após a “Nota do Autor” (p.9) e das cinco epígrafes dispostas em anverso e verso da mesma folha, de modo a articular por contraponto declarações de personalidades históricas (p. 11) e literárias (p.12), mas, antes de cada uma dessas seis narrativas, o autor intercala excertos de documentos históricos do período que corresponde ao ponto alto do reinado de Ngungunhane e à implacável tentativa de captura dele pelas forças militares portuguesas, os chama de “Fragmentos do Fim”, que são também em número de seis, assim como as narrativas ou fragmentos narrativos, sempre maiores em extensão.

Essas narrativas em fragmentos, marcas de desvio ou de transgressão de modelos narrativos ocidentais, já servem como sinal da existência de diferentes e contraditórias versões da história contada acerca do reinado de Ngungunhane, pois estrategicamente são incorporados documentos que revelam múltiplas visões dos portugueses sobre os africanos e as suas reações nos primeiros contatos com esses povos, enfatizando diferenças. Alguns dos documentos apresentam revelações chocantes e ajudam a compor as narrativas que se seguem, assim como a reconstituir e denunciar narrativas correntes, oficiais ou hegemônicas, não raro colonialistas e desqualificadoras, acerca dos acontecimentos históricos, das culturas e dos sujeitos africanos em causa, sob o prisma de relações e jogos de poder calcados na linguagem, nos relatos e nas ações, retomados em diferença.

Khosa reafirma seu compromisso com a história e com o passado de seu país ao tentar revelar uma versão dos fatos que pudesse levar os leitores a uma reflexão acerca das estórias que foram e são levantadas sobre os acontecimentos em questão. Uma das versões que era contada e, em parte, aceita foi veiculada tanto em Portugal, como em algumas regiões de Moçambique, e dizia que, após uma série de tentativas frustradas de relações amistosas entre Portugal e o reino de Gaza, o imperador fora capturado e levado como prisioneiro político para Portugal. Todavia, essas estórias estão cercadas de mistérios e pontos de divergência. Khosa declara que, além de trazer outra versão da história, sua intenção foi humanizar Ngungunhane, que na ocasião da publicação do livro, para alguns moçambicanos, já havia se transformado em um herói nacional.

---

6 Em entrevista concedida a Rogério Manjate em 2002, Ungulani Ba Ka Khosa declara que “*Ualalapi* para mim... (e já agora, está entre os cem melhores livros de África, que é uma satisfação para mim e ao mesmo tempo uma honra para Moçambique.) Mas eu olho para *A Orgia dos Loucos* como sendo o melhor, porque tentei levar a técnica de escrita às últimas consequências, então é um livro que para mim é tecnicamente superior a *Ualalapi*. O que é difícil sendo um livro de contos, apesar de *Ualalapi* serem contos, mas contínuos.” Disponível no endereço: < [http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaAfricana/Ungulani\\_Ba\\_Ka\\_Khosa.htm](http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaAfricana/Ungulani_Ba_Ka_Khosa.htm)>. Acesso 20 jan. 2016.

O autor realiza um grande feito ao contar considerando essas outras versões da história, pois as narrativas que eram divulgadas partiam, na maioria das vezes, do lugar do colonizador e eram compostas a partir das informações contidas nos relatórios oficiais enviados a Portugal, pelos militares em missão. Sabe-se que o relatório é um gênero textual descritivo e narrativo no qual o relator, a partir de seu ponto de vista, faz o registro de um determinado evento. As narrativas quando repetidas contribuem para formação de discursos acerca de lugares, pessoas e entidades. Grande parte dos discursos quando emitidos por instâncias legitimadoras acabam se tornando armas poderosas capazes de erguer e destruir impérios. A escritora nigeriana Chimamanda Adichie, na palestra intitulada “O perigo da história única”<sup>7</sup>, discute diferentes situações e questões que envolvem complexas relações de poder implicadas nas representações discursivas sobre pessoas, povos e lugares.

Através de histórias e pessoas, ela ilustra como é perigoso e ao mesmo tempo prejudicial criar, conhecer e acreditar apenas em histórias únicas acerca de si, de homens e mulheres, de povos e do mundo. Adichie começa contando sua experiência como leitora e também como escritora de histórias únicas, até se dar conta de como não conhecer as outras histórias poderia limitar sua visão sobre o mundo. Ela conta também sua experiência como estudante africana nos Estados Unidos e revela as histórias únicas que colegas e outros estadunidenses tinham sobre o seu continente de origem. Essas histórias únicas eram discursos tão poderosos que, ao se tornar escritora, algumas pessoas foram capazes de questionar a autenticidade africana de um dos seus romances, só porque não havia pessoas famintas nem morrendo de AIDS. É preciso atentar para as relações de poder que estão nos discursos, sobretudo nos que se dizem, ou são tomados, por oficiais e nos hegemônicos, pois, conforme afirma Adichie,

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. (ADICHIE, 2009)

A fala de Chimamanda Adichie ajuda a compreender o exercício feito por Ba Ka Khosa de contestar narrativas únicas correntes, porquanto oficiais e hegemônicas, acerca das histórias de Ngungunhane e de Moçambique, assim como esse escritor percebe a importância da literatura como um discurso de poder a tecer e a desmontar estereótipos, especialmente vinculado ao contexto histórico e cultural pós-colonial em que o livro foi publicado, dois anos após a ossada de Ngungunhane ser levada dos Açores, Portugal, para Moçambique, em 1985, cercado pelo discurso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) sobre a unidade nacional e a afirmação da nacionalidade moçambicana. Todos esses fatores foram importantes

---

<sup>7</sup> Palestra proferida, em 2009, na *Oxford University* sob o título original: *The danger of a single story*. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)>. Acesso em: 20 jun. 2021.

para a divulgação das outras histórias sobre os acontecimentos. Até então a pena parecia estar unicamente nas mãos dos portugueses que legitimavam a história através de seu poder político e econômico. Nessas histórias oficiais havia desmembramentos de uma mesma história única, nas quais literalmente quem as contava pretendia “ser maior do que o outro”, ao subestimar a inteligência e a capacidade de organização política dos africanos.

Fato que vai ao encontro da ideia presente na frase atribuída ao escritor George Orwell de que “A história é escrita pelos vencedores”, ele teria dito essa frase em uma entrevista à revista britânica *Tribune* em 1944, no contexto em que a segunda guerra estava produzindo diversas narrativas entre vencidos e vencedores. Dentro da mesma perspectiva e lógica é possível analisar o postulado levantado por Walter Benjamin (1940), de que o materialismo histórico simpatiza com os vencedores, portanto as classes dominantes sempre tiveram a primazia na contação das histórias. Esse conceito de história de Benjamin acaba por ser contestado mediante reversão dos papéis e das forças envolvidas na narrativa *em tela*, já que Ba Ka Khosa contesta as histórias contadas e difundidas em Portugal e na Europa. Desde o início da narrativa disponibiliza excertos com visões diversas sobre um Ngungunhane e o reino de Gaza e ele próprio como moçambicano constrói a sua versão dos acontecimentos.

*Ualalapi* torna-se assim uma narrativa importante não apenas do ponto de vista estético, mas também porque põe à baila uma discussão acerca das instâncias de poder que levaram à formação de discursos únicos, “estereotipados e incompletos”, nos termos tomados à Adichie, sobre a figura histórica de Ngungunhane. O texto de Khosa torna-se um dos mais revisitados para referências aos acontecimentos que envolvem a história do imperador, pois se trata de uma voz moçambicana aludindo aos fatos históricos, mescla de arte, política e história. O livro ganhou o “Grande Prêmio de Ficção Narrativa”<sup>8</sup> promovido pela AEMO.

Distanciando-se do modelo europeu do romance histórico, que alcança grande prestígio no Ocidente no séc. XIX, Khosa produz um texto diferido de releitura crítica de destacados discursos comprometidos com ideários colonialistas e racistas, provenientes do eixo metropolitano europeu ou europeísta. Conforme afirma Maria de Fátima Ribeiro (2016), mais que aberto ao diálogo, o livro transita entre interlocução e interpelação, citando de forma provocativa, como argumentos e contra-argumentos, o estoque de discursos oficiais acerca de Moçambique e das personalidades em cena, devidamente confirmados por Maria da Conceição Vilhena (1999).

Desde as páginas iniciais estão citados historiadores, como Ayres d’Ornellas, médicos e missionários, como Dr. Liengme, administradores coloniais, a exemplo de Mouzinho de Albuquerque, governador militar de Gaza, e do Conselheiro Joaquim da Graça Correia e Lança, governador interino de Moçambique, à época, em contraponto a ditos anônimos do cancionero popular, à guisa de máximas, em conformidade a uma sabedoria e lógica que desautorizam

---

8 A Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) instituiu, em 1990, “o ‘Grande Prêmio de Ficção Narrativa’, tendo sido laureados na primeira edição, premio *ex-áqueo*, os escritores Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa, com os livros *Vozes Anoitecidas* e *Ualalapi*, perspetivamente. A segunda edição decorreu em 1992, o ‘Prêmio Nacional da Poesia’. O galardão coube ao poeta Eduardo White, com o livro *O País de Mim*.” (AEMO, 2016)

os discursos oficiais de caráter tendencioso. Não se trata, pois, de oferecer mais uma versão literária de determinado acontecimento histórico, como nos romances oitocentistas, mas de desconstruir versões autoritárias e interessadas em favor de reescrever a história desse novo país a partir de olhares e vozes dos sujeitos que o habitam e por cuja liberdade se empenharam, nacionalismos em tela ou à parte.

Inocência Mata, ao falar sobre *Ualalapi* e outros romances escritos no pós-independência, afirma que eles buscaram uma recriação do passado colonial a partir das demandas criadas no presente e, por isso, reconhece que tais textos podem ser lidos como “metaficções historiográficas” (MATA, 2003), expressão consagrada de Linda Hutcheon<sup>9</sup>, pertinente operador para grande parte da produção ocidental contemporânea, extensivo às africanas, a exemplo da moçambicana no caso da narrativa em análise.

Nas palavras de Mata (2003, p.60), “também o contexto discursivo dessas metaficções historiográficas apresenta possibilidades de leituras do passado, expressões de reinterpretação para (...) moldá-lo às exigências das interpretações eficazes e iluminar segmentos sociais. Ideias e eventos históricos antes na opacidade”. Tais constatações ajudam a entender tanto a importância dessas narrativas para o entendimento da história pré-colonial de Moçambique, como também a importância da literatura como fonte documental e da memória cultural de grupos, povos, nações e continentes, além de propiciar leituras profícuas do *Ualalapi*, de Ba Ka Khosa, a receptores locais, próximos ou distantes, quer no tempo, quer no espaço.

## **2. Ngungunhane em Ualalapi**

Em 1987, dois anos após a cerimônia de retorno da ossada de Ngungunhane a Moçambique e da tentativa, em parte bem sucedida, de transformá-lo num herói nacional, Ungulani Ba Ka Khosa publica o livro *Ualalapi*, no qual acaba revelando outra face do imperador. Cumpre ressaltar que o texto de Khosa recebe por título o nome do guerreiro *nguni*, que em determinado sentido torna-se responsável pela subida ao trono de Mudungazi, que passa a chamar-se Ngungunhane.

No livro, essa figura histórica é ficcionalizada e ganha feições humanas, sem perda do seu valor totêmico de mito no centro da cultura moçambicana. Não apenas os seus feitos heroicos e sua resistência à ocupação lusitana são postas à baila, mas também seus desacertos, sua sede incessante de se manter no poder e algumas atitudes tiranas. Além disso, a maneira como Khosa recria Ngungunhane, pode ser considerada uma forma de contrapor o poder do Estado e uma resistência ao poder instituído, pois apesar de incorporar um dos mitos fundadores, ele não endossa o discurso de unidade, segundo Luís Bernardo Honwana “outro resultado da reação contra o autoritarismo foi o afastamento da nova geração do caminho que levaria que ela também incorporasse nas suas referências, como seria normal, os mitos fundadores da moçambicanidade” (HONWANA, 2019, p.123).

---

9 O conceito de “metaficção historiográfica” foi aqui emprestado da pesquisadora canadense Linda Hutcheon no livro *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção* (1991).

É preciso, no entanto, lembrar que se trata de uma obra de ficção que se apoia em relatos orais de povos que compõem a nação moçambicana, segundo o próprio autor ele conversou com alguns povos para saber as histórias do imperador. Na entrevista dada ao programa “Entrelinhas”, já mencionada antes, ele justifica a maneira como construiu a personagem dando menos ênfase ao mito criado e destacando os feitos do imperador como uma pessoa ávida pelo poder:

Moçambique é um país que nasce politicamente... Ao nascer politicamente é um país que nasceu com opções ideológicas bem demarcadas das quais e a fundamental foi... a... de querer apagar da memória coletiva a existência... Digamos das formações sociais que por um lado podemos chamar nações, tribos ou etnias, né! E apagar esses elementos porque eles achavam que esses elementos conduzentes à divisão... digamos de uma unidade. E é nesse sentido que eu recorro à tradição oral chamando atenção que não... que todos os mitos seja ele... quer dizer... seja ele um mito eu humanizei e mostrei o outro lado, digamos a outra face talvez a mais escura a menos conhecida dessa personagem. (KHOSA, 2011)

Em *Ualalapi*, Khosa parece apoiar-se em diversos discursos históricos e culturais moçambicanos para trazer à tona outra versão dos fatos narrados por colonizadores e missionários estrangeiros. Sem ancorar-se exclusivamente em uma única versão da história, ele procura elucidar os acontecimentos a partir do discurso historiográfico português e das histórias ouvidas e contadas pelos moçambicanos, buscando estabelecer um texto ficcional e histórico de caráter moçambicano, local e de dentro. Recusando desde o início a unicidade das histórias, o escritor apresenta, desde as epígrafes iniciais e por meio dos documentos que são anexados antes de cada capítulo, versões construídas e passadas pelos colonizadores acerca dos africanos, assim como do imperador, assinalando com a justaposição diferenças, divergências e discrepâncias (RIBEIRO, 2016). A narrativa atual inicia-se pela “Nota do Autor” (p.11), que estabelece verdades e dúvidas correntes acerca de Ngungunhane. Khosa parece atribuí-las a reflexões e enunciados acerca de línguas e discursos, enquanto instâncias fulcrais para a vida da personagem, bem como as considera substrato para “a(s) história(s)” que se segue(m), constituindo o livro, enquanto literatura vazada em oralituras. A ênfase conferida à coexistência de diferentes discursos reitera-se na alternância estratégica das quatro primeiras epígrafes do volume, que enquadram as seis histórias.

Em primeiro lugar, Ba Ka Khosa recupera dos arquivos documentais oficiais dois relatos do militar Ayres d’Ornellas<sup>10</sup>, Chefe do Estado-Maior de Mouzinho de Albuquerque e celebrado africanista português, nos quais ele reconhece “admirar” qualidades em Ngungunhane e seu povo, desde o aspecto físico ao cognitivo – “era evidentemente o chefe duma grande raça...

10 Nome, com grafia de época, de Aires de Ornelas e Vasconcelos, conhecido “militar, escritor e político do último período da Monarquia Constitucional Portuguesa. Como militar destacou-se nas Campanhas de Conquista e Pacificação das colônias portuguesas de África”, especialmente em Moçambique, onde atuou, de 1896 a 1898, como Chefe do Estado-Maior do governador-geral, Mouzinho de Albuquerque. “Foi um dos mais devotados africanistas portugueses [e] publicou diversos trabalhos sobre as campanhas de África e a experiência de administração colonial portuguesa.” ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Aires\\_de\\_Ornelas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aires_de_Ornelas))



[...] e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvidas, belas [...], olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade...” (p.13) –, e tece elogios à lógica, precisão e lucidez com que o imperador *nguni* negociava com os estrangeiros. Os dois excertos, gráfica e ideologicamente, alternam com dois outros relatos atribuídos a um “Dr. Liengme”, provavelmente o Dr. Georges Liengme, médico e missionário suíço ligado ao primeiro posto de saúde e missão evangélica suíça estabelecidos em Manjacaze, capital do império de Gaza<sup>11</sup>, com uma visão judicativa negativa, na qual utiliza termos como “expressão bestial”, “diabólica” para se referir às feições, bebedeiras e festas das quais Ngungunhane participaria, em evidente respaldo de críticas e demonização impetradas à mesma personalidade. Ressalte-se que outras palavras de Ayres d’Ornellas elogiosas ao poderio dos cantos de guerra dos *ngunis* serão escolhidas também para figurar como o primeiro “Fragmento do Fim (1)” (p.17), para introduzir a primeira das estórias intitulada “Ualalapi”, que também dá nome ao livro.

A partir de um jogo de epígrafes variadas postas em diálogo sistemático com os seis “Fragmentos do Fim” e seis das estórias, conto ou capítulo, Khosa elege uma personagem central que vai se construindo em suas relações com outras personagens, numa espécie de evolução, crescimento ou desenvolvimento tanto nas formas de viver e mandar como também no trato com o povo, na resolução das questões que envolvem a intriga, o enredo e, por conseguinte, o reino de Gaza. É na primeira estória, “Ualalapi”, que “saltará à vista do leitor” (p.9) a figura do futuro rei, suas intenções e pretensões. Num ritmo envolvente o autor traz para escrita os traços da oralidade, dividindo o texto em quatro partes na qual o leitor precisa estar atento para as mudanças das cenas e dos planos narrativos, marcados pelo espaçamento maior entre os parágrafos. Khosa tenta dar para o leitor a dimensão do que estava acontecendo nas diversas partes do reino. Por sua vez, o narrador conhece bem a história e vai, na sua onisciência, tecendo as teias narrativas dos capítulos que seguem.

Na primeira parte do primeiro capítulo, assinalada por algarismo romano, o guerreiro Ualalapi está voltando de uma caçada com seu exército, no meio do caminho avista dois pássaros de mau agouro e põe-se a pensar na esposa no filho que havia deixado em casa, percebe que seus soldados também estão envoltos em pensamentos provavelmente lembrando-se de suas famílias. Ele procura afastar os pensamentos, pois afinal seu filho era uma criança saudável e à sua esposa não aconteceria nada de ruim sem que ela mesma previsse, afinal “era uma mulher *nguni* e elas vaticinam seu próprio destino” (KHOSA, p. 28). Ao avançar pelos outeiros percebe o clima diferente na aldeia e logo fica sabendo da morte do rei Muzila. Na parte II deste capítulo

---

11 Segundo consta das pesquisas de identificação das figuras citadas por Khosa, o Dr. Georges Liengme viveu quatro anos em Gaza. “Apesar do bom relacionamento com os moçambicanos e de uma relação inicialmente cordial com as autoridades coloniais portuguesas, o seu trabalho acabou por ser influenciado pela guerra entretanto desencadeada pela pressão portuguesa no sentido de subjugar os povos *nguni*. Quando os portugueses aprisionaram Ngungunhane, em Dezembro de 1895, acharam que os suíços haviam fornecido armas e apoio aos revoltosos. Em consequência, o Dr. Liengme foi expulso de Moçambique, tendo-se fixado no Transvaal, região onde muitos dos refugiados angunes procuraram exílio, aí fundando o conhecido hospital missionário de Elim em 1899..([https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges\\_Liengme](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges_Liengme)).

o leitor é transportado para o momento em que Mundugazi, filho de Muzila, inicia seu discurso entre os maiores do reino, ele anuncia suas intenções como futuro imperador:

O meu irmão Mafemane, prosseguiu, vive a uns quinze quilômetros daqui. Consta-me que se prepara para partir a fim de abrir a sepultura do meu pai. A história não deve repetir-se. O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém poderá tirar-mo até à minha morte. Os espíritos poisaram em mim e acompanham-me, guiando nas minhas ações lúcidas e precisas. E não irei permitir que haja a mesma carnificina como no tempo de entronização de Muzila, porque irei atuar já. Os homens que não me conhecem, conhecer-me-ão. Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Lozio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila. E serei temido por todos, porque não me chamarei Mundugazi, mas Ngungunhane, tal como essas profundas furnas onde lançamos os condenados à morte! O medo e o terror ao meu império correrão séculos e séculos e ouvir-se-ão em terras por vocês nunca sonhadas! (KHOSA, 1998, p. 30)

O excerto em destaque é um exemplo da maneira como o futuro imperador se define e se comporta diante das pessoas que estavam ao seu redor e mando, sob o seu poder iminente. As palavras são fortes, precisas e mostram uma lógica persuasiva própria dos grandes reis e imperadores da história mundial. Ele mesmo faz questão de marcar isso ao afirmar estar sob a proteção dos espíritos “guiando as minhas ações lúcidas e precisas”, que contraria a sugestão de excessivo ou extravagante em termos de poder, ao tempo em que contrasta com a imagem de ébrio e louco que queriam erguer acerca dele, e em parte o conseguiram em relatos futuros. Essas palavras demonstram também a força que seu império viria a ter e a maneira como o imperador se auto representava. O seu poder anunciado por palavras proferidas na potência da linguagem e das palavras, pois, ao declarar “E serei temido por todos, porque não me chamarei Mundugazi, mas Ngungunhane”, essa mudança de nome também lhe traria o respeito que tanto desejava, na melhor cosmogonia oral africana. Nesse momento Mundugazi constrói o Ngungunhane, constrói para si mesmo o imperador que seria a partir de palavras como vaticínio por cumprir-se.

Khosa apresenta o Ngungunhane revestido de uma vontade e imbuído do desejo não só de assumir o trono de seu pai, mas de ser conhecido e temido por todos. Ele estava disposto a ir até as últimas consequências, afinal não iria admitir que ninguém disputasse o poder consigo. Esse discurso empolgante e com um tom profético faz parte do trabalho de Khosa em apresentar o imperador humanizado ao mesmo tempo persuasivo e racional, movido pelo desejo desenfreado de se tornar o imperador. Na mesma parte II, após falar com os guerreiros, vai à palhota grande onde recebe instruções de sua tia Damboia, uma espécie de conselheira pessoal, que funciona como uma personagem maquiavélica por trás de algumas de suas decisões. Ela sugere que Ngungunhane mande matar seu irmão imediatamente para que ele não se oponha ao seu reinado. Na parte III do capítulo I, ela o acusa de ser pacífico e exige mais expressividade nas ordens em matar Mafemane.

Ualalapi, nomeação *tsonga* para aquele que dorme, é o escolhido para matar o irmão de Ngungunhane, o único que poderia se opor à sua ascensão ao poder, o que mudaria toda história do império de Gaza. A única referência que se tem do guerreiro é neste primeiro capítulo em que ele finalmente executa o irmão do futuro imperador e desaparece na floresta como previu sua esposa. Esta morre afogada pelas lágrimas dela e de seu filho: “Entrou na cubata e não mais saiu de lá até à morte do filho e dela, afogados pelas lágrimas que não pararam de sair dos olhos desorbitastes durante onze dias e onze noites”. (KHOSA, 1990). Segundo Russel Hamilton (1999), esses elementos presentes no livro do Ba Ka Khosa afiguram-se elementos estilísticos e temáticos do realismo latino-americano, há muito cercado de controvérsias pelo mundo. Já para o escritor moçambicano Mia Couto “O fantástico e o inusitado estão na realidade africana e fazem parte da nossa cultura” (FONSECA e CURY, 2007, p.126). Na perspectiva assumida no presente estudo, trata-se de elementos das cosmovisões africanas tradicionais que, como nas palavras de Couto, “fazem parte” das culturas africanas e moçambicanas, de forma natural, trivial e cotidiana.

O fato de a mulher de Ualalapi ter morrido afogada nas próprias lágrimas poderia ser entendido por leitores ocidentais ou pessoas não acostumadas com a lógica africana como algo absurdo ou até mesmo inverossímil. No entanto, como afirma Mia Couto, são elementos que fazem parte da cultura oral africana e são transferidos para a escrita. Trata-se de produções em língua portuguesa ou em línguas tradicionais africanas, nas quais os elementos culturais africanos são envolvidos e trazem uma nova significação para a língua literária recriada, mediante apropriação, transgressão e ressignificações diversas. O português de Moçambique ou moçambicano não seria mais a língua do colonizador com toda sua carga cultural, mas uma modalidade diferida e específica daquela, imbricada de elementos próprios locais e que podem causar estranhamento em alguns leitores, nomeadamente os ocidentais, eurocêntricos, puristas ou nostálgicos de impérios coloniais. Nunca é demasiado lembrar que as literaturas africanas de língua portuguesa são, acima de tudo, literaturas estrangeiras a falantes e receptores do português fora das suas cercanias, assim como de outras línguas de matriz europeia ou de todos os continentes.

Na segunda estória ou capítulo intitulado “A morte de Mputa”, o Ngungunhane que é revelado já é rei e soberano das terras de Gaza, No entanto, continua a ser manipulado pelas vozes femininas que o cercam. É interessante observar que ele foi motivado pela tia para matar o irmão e, agora, na lógica circular que atravessa a narrativa, por uma de suas esposas para acabar com a vida de um dos empregados que não queria ceder aos desejos da rainha. A Inkonsikazi (rainha) afirma que Mputa tinha proferido injúrias contra ela e que a teria desejado. O capítulo se inicia com a filha desse pobre homem pensando em como vingar a morte do pai, morto injustamente por Ngungunhane, que o havia sentenciado à morte sem ao menos dar-lhe a oportunidade de se defender das acusações. As palavras do imperador anunciam a subalternidade como privilégio concedido ao vassalo e legitimam o poder do senhor, que não

admite limites, além de associar a dominação absoluta à atuação dos antepassados e dos heróis do povo nguni:

(...) um homem que dei a honra de cozinhar para mim que ousará levantar a voz, por isso, vai corre, quero-o já, e se encontrares alguém defecando tira-o da merda, e se estiver colado à mulher retira-o do enlace com a força que o império te dá, eu sou, e serei por todo o sempre Ngungunhane, assim o quiseram os meus pais e avós e toda a prole dos heróis nguni que levantaram estas terras do letargo dos séculos inomináveis (...) (KHOSA, 1990, p. 46)

Ngungunhane se mostra enérgico e decidido a acabar com a vida daqueles que ousaram insultar a sua rainha. No entanto, ao longo da narrativa sabe-se da inocência deles e de outrem, em contraponto a outras demonstrações de força bruta. Mputa foi executado pelos soldados na frente de sua filha que tempos mais tarde tenta vingar a morte do pai. Vai à Cubata do rei sob o pretexto de estar a serviço das rainhas e entra em sua casa, ele sente-se atraído e tenta possuir a jovem, ela trazia consigo uma faca, mas não contava que o imperador a levaria para a cama da rainha, tentou desferir um golpe, porém apenas machucou sua coxa. Ngungunhane, mesmo ferido, parte para cima da moça e a possui à força: “Retirou a faca da mão da moça e possuiu-a brutalmente, ela embaixo e ele em cima, ela esperneando e tentando batê-lo, e ele ofegando e tentando esmagá-la com seu peso de homem e de rei”. (Khosha, 1990, p.52).

O Ngungunhane construído por Khosa, além de ser um grande guerreiro, é também cruel, sanguinário e injusto em muitas situações e decisões, com clareza apresentando-se como uma figura emblemática do poder africano anterior e antagônico ao colonialismo europeu. No entanto não era, nem de longe, cordial aos portugueses e nem um colaborador das entradas lusitanas por suas terras, como discursos oficiais procuraram, por caminhos opostos, disseminar e estabelecer como verdade histórica. As atitudes tirânicas e violentas que são incorporadas pelo autor fazem parte de suas tentativas de dar traços humanos ao imperador, de não mistificar a personagem histórica, pela heroicização ou por beatitude, e de conferir realismo, consistência e função social à sua ficção. Revelar suas injustiças e despotismo, principalmente aos outros povos que estavam ao seu mando no passado, assim como aos moçambicanos e aos demais leitores que, por força da literatura, passam a conhecer a figura e uma história sua pretensamente mais procedente.

O fato de o serviçal morto injustamente ser de outra etnia ajuda a entender o empreendimento de Khosa em fazer os leitores perceberem que, embora fosse uma pretensão sua escrever a história de Moçambique com o foco na reescrita da história do último imperador de Gaza, afinal subjugado pelos portugueses em meio a diferentes discursos desabonadores – projeto este que acompanha de perto o da FRELIMO e do governo moçambicano, em meados da década de 1980, de heroicizar a figura de Ngungunhane como parte do discurso da unidade nacional no episódio de retorno dos restos mortais do imperador a Moçambique em 1985 –, possivelmente

alguns dos povos que compunham e compõem Moçambique como um país, não poderiam vê-lo como herói cordial, bondoso e justo, ou mesmo como grande herói nacional, no sentido amplo do termo, digno de celebração, admiração e reverência.

### **3. Da figura histórica de Ngungunhane a projetos de reescrever a história e construir nações**

Em sintonia com a advertência de Ba Ka Khosa acerca do bilinguismo português/tsonga presente na(s) sua(s) estória(s), mediante utilização propositada e anárquica das palavras imperador, rei e hosi – nomeação em língua *tsonga* da palavra rei (1990, p.11), a diversidade linguística distende-se no tratamento dispensado ao herói moçambicano nos textos mais diversos. A multiplicidade encontra-se centrada na reiteração das diversidades linguística e cultural que caracterizam Moçambique com seu histórico de colonialismos e de interculturalidades(s). Encontram-se em narrativas, livros e artigos acadêmicos várias designações para o rei vátua: Ngungunhane, Mdungazwe, Ngungunyane Nxumalo, N'gungunhana, Gungunhana são possíveis variações que se podem encontrar para o nome do rei, sendo a primeira e a última as mais utilizadas em Moçambique e Portugal respectivamente. Pode-se ainda encontrar o registro como Reinaldo Frederico Gungunhana, segundo a historiografia, nome de batismo adquirido no período em que esteve exilado em Angra do Heroísmo. Neste texto, definiu-se a opção pela grafia “Ngungunhane”, a mesma grafia utilizada por Ungulani Ba Ka Khosa na narrativa em análise.

Conhecido também como “O leão de Gaza”, ele é, de fato, uma figura que suscita diversas discussões. Foi o imperador das terras de Gaza, região localizada ao sul de Moçambique no período de 1884 a 1895. Seu reinado foi composto por muitas batalhas, disputas territoriais e dominação de outros povos. Era temido por muitos e admirado por outros. Não mediu esforços para ascender ao trono, pois esse direito pertencia a seu irmão Mafemane, que era filho da *inkosikasi* (rainha e mulher principal do rei).

Ngungunhane pertencia a uma linhagem de guerreiros, seu avô Manicusse, também chamado de Sochangana, foi o grande responsável pela fundação do império de Gaza. Pertencia ao exército do guerreiro Shaka Zulu<sup>12</sup> com quem teve um desentendimento e, por isso, resolveu criar seu próprio exército e estabelecer sua dinastia. Com a sua morte, em 1858, há uma disputa entre seus filhos Mewewe e Muzila (pai de Ngungunhane). Mewewe vence a batalha e assume o

---

12 Shaka Zulu ou Tchaka ou Chaka, o maior líder que a nação zulu já teve. O chefe tribal que viveu entre 1778 e 1828 recebeu o nome de “parasita” (*shaka*, no idioma zulu) porque a mãe, de outra etnia, havia engravidado de um zulu que a desprezara. Por isso e pelo fato de ela não ter sido tão amigável (segundo registros dessa data), a maioria dos moradores da comunidade dizia que ela tinha um *shaka* no ventre. Informações disponíveis em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/africa-dosul-o-ritmo-dos-guerreiros-descendentes-de-shaka-zulu>. Acesso em 20 de ago. 2016.

reino de Gaza. Segundo a professora e pesquisadora Maria da Conceição Vilhena<sup>13</sup>, Mewewe foi desafeto de seu povo e de outros régulos: “Além disso, enviava aos governadores portugueses e holandeses mensagens agressivas e provocatórias. [...] Dizia que, se o pai conservava a paz com os portugueses, é porque estava velho.” (VILHENA, 1999, p.31).

Depois de sofrerem diversas ameaças e de serem hostilizados por Mewewe, os portugueses receberam de Muzila, o irmão derrotado, uma oferta de ajuda para acabar com as ameaças do recém-entronado. Em troca, eles deveriam apoiar Muzila e seus homens no combate contra Mewewe. Ele recebe o apoio dos portugueses, vence a batalha e finalmente assumiu o trono. Anos mais tarde a mesma história irá suceder com seus filhos, no entanto Mudungazi será muito mais astuto e não permitirá que seu irmão se oponha da mesma forma que seu tio fizera com seu o pai. Esse fato não passou sem registro do autor na obra ficcional. No momento em que Ngungunhane arregimenta seus guerreiros para tomar o poder, ele evoca a memória desse fato histórico e rejeita a possibilidade de repetição:

Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontestáveis em que sempre triunfou. Nele espalhou a ordem e os costumes novos que trouxemos, E ao morrer indicou o seu filho Muzila, meu pai como sucessor. Muzila tinha um coração de homem. Era bondoso. E muitos aproveitaram-se de sua bondade. Entre eles Mewewe, seu irmão, que no meio de cabalas vergonhosas quis e conseguiu usurpar o poder sem a anuência dos espíritos e dos maiores do reino que tinham aceite Muzila como Sucessor, pois fora ele o primeiro a abrir a sepultura onde seu pai repousaria para todo o sempre. Mas Mewewe esqueceu-se disso e tomou o trono por um tempo que a história não registrará, e se registrar será com a pérfida estampa do rosto desse homem que não ousou chamar tio. (KHOSA, 1998, p.29)

É possível observar no trecho acima retirado do texto ficcional de Ba Ka Khosa, que Ngungunhane evoca esta memória num discurso proferido aos maiores do reino para ratificar seu direito ao trono. No excerto em destaque ele afirma que a escolha de seu pai já havia sido feita anteriormente pelo avô, apesar de algumas fontes históricas registrarem que nem o próprio povo saberia qual dos dois assumiria o trono e divergia em posicionamentos. Nesse discurso é possível também observar a maneira melindrosa como o Ngungunhane construído pelo Ba Ka Khosa utiliza o discurso histórico e o coloca a favor de seus interesses, ao tempo em que o mostra como um grande orador, alguém que sabe falar às multidões e impactar o público, aparentemente persuadindo-o. Alguns portugueses, como o citado Ayres d’Ornellas, registram admiração pela lucidez e lógica dos seus pronunciamentos.

---

13 Maria da Conceição Vilhena é uma das referências mundiais na pesquisa acerca da vida de Ngungunhane tendo publicado: **Gungunhana no seu reino** (1996) e **Gungunhana: grandeza e decadência de um império africano** (1999), fontes recorrentes da pesquisa resultante no atual texto.

Ngungunhane não sabia ler e escrever em português, mas poderia contar com o apoio de seu filho Manua, pois este estudou na escola de ofícios em Portugal. Esse era um dos termos estabelecidos no tratado assinado por seu pai Muzila, onde se lê: “Obriga-se mais o mesmo governo português a mandar educar à sua custa nas escolas portuguesas dois ou mais dos filhos do dito régulo Muzila, que este queira que recebam esta educação conforme consta do N° 4 dos Termos de Vassalagem, estabelecidos por três décadas, entre 1858 e 1889 (VILHENA, 1999, p. 54).

Esse fato será trabalhado por Ba Ka Khosa no texto ficcional, salientando tensões. O filho do imperador parecia ser favorável aos inimigos do pai, além de reconhecer a língua portuguesa e a cultura branca europeia como superiores às suas. O rei não aceitava os termos impostos pela coroa portuguesa e, mesmo assinando o documento, não permitiu que Portugal avançasse sobre as terras a seu mando. Os equívocos e contradições presentes na assinatura do tratado renderam aos portugueses a dificuldade na obediência do imperador. José de Almeida, um dos enviados da coroa lusitana, contava com a simpatia de Ngungunhane e ficou encarregado de discutir alguns artigos do tratado. Mas, segundo o relatório enviado para o Governador Geral, e conforme também registrado por Maria da Conceição Vilhena em seu livro, percebe-se a dificuldade na compreensão do documento assinado, pois tanto as intenções de Ngungunhane como as da coroa portuguesa eram totalmente distintas. Em seu relatório José de Almeida declara os interesses lusitanos:

É para lastimar o resultado de ambas, e se ele não quer dizer que todos os sacrifícios estão perdidos, significa, pelo menos, que só com o trabalho lento, com uma evolução vagarosa e com o decorrer de muito tempo é que alguma das condições do tratado virão a ser cumpridas tirando Portugal o devido proveito delas.

Por enquanto, nem um palmo de terra está disposto a ceder-nos o sucessor do Muzila e, pelo contrário, insiste em afirmar que lhe pertencem os nossos prazos de Bangué, na foz do Pangué e Chupanga, no Zambeze, cujo inteiro senhorio reclama, assim como a restituição do território de Binguana, régulo que ultimamente se nos foi avassalar em Inhambane e lhe era tributário até então. (VILHENA, 1999, p. 43)

Por sua vez, Ngungunhane resistiu entregar suas terras para o domínio português. O *hosi* tinha diversos régulos como desafetos, porque não concordavam com sua forma de governar e a maioria deles estava se aliando aos portugueses. Com tudo isso, porém, seu império foi capaz de resistir por mais pelo menos cinco anos antes da queda. Ngungunhane era astuto, audacioso e inteligente. Alguns europeus que conviveram na sua corte dão testemunho da lógica com que tratava de negócios. Como é o caso do historiador português Ayres d’Ornellas “só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida e lógica” (KHOSA, 1990, p.13).

Ao mesmo tempo em que os lusitanos se sentiam impacientes com o não cumprimento dos termos, eles imaginavam os motivos pelos quais Ngungunhane estivesse resistindo. Uma das possibilidades seria a de não querer levar a alcunha de traidor, de pessoa que tenha colaborado com a entrada dos europeus em terras africanas, uma vez que o grande interesse dos portugueses era dominar e explorar o território, segundo Maria da conceição Vilhena, eles estavam dispostos a não desistir tão facilmente. José de Almeida que estava à frente das negociações preferia manter a cordialidade e sempre aconselhava que não tentassem tomar o território pelas armas.

As guerras internas do império de Gaza também podem ser entendidas como uma estratégia dos portugueses. A tática grega do “Dividir para conquistar” já que há registro de que eles forneciam armas para os povos que esboçavam possíveis conflitos com Ngungunhane. Essas manobras foram utilizadas durante o período de conquista do território e também durante o processo de dominação. Alguns povos que estavam sob o domínio do rei vátua não só se aliavam aos portugueses como também lhes declaravam vassalagem em troca de proteção contra o imperador. Os lusitanos se aproveitaram do momento de fragilidade política para fomentar ainda mais a discordância entre os povos:

Os chopos e midongues eram com efeito vítimas da tirania do Gungunhana; mas também eles eram, por vezes, a causa de conflitos. E Maximiano José do Rosário, depois de ter investigado conclui que, desta vez, “a razão estava da parte do Gungunhana”. Se os Portugueses armavam os chopos, como podiam pretender que Gungunhana não exercesse represálias? (VILHENA, 1999, p. 53-54)

Essas guerras protagonizadas por Ngungunhane contra os povos que estavam sob a proteção dos portugueses causavam um sério desconforto ao rei de Portugal que se sentia desprestigiado ao saber que os termos do tratado de amizade não estavam sendo cumpridos. Após a conferência de Berlim, que teve início no dia 15 de novembro de 1884 e terminou em 26 de fevereiro de 1885, os termos portugueses eram menos amistosos e mais imperialistas, eles desejavam intensificar a entrada no território. Essa intensificação foi motivada pelo interesse de outros países europeus em adentrar o território. Nessa altura, alguns ingleses já circulavam na corte de Gaza e estreitavam cada vez mais relações com Ngungunhane.

Com o episódio do Ultimato britânico em 11 de janeiro de 1890 que impunha aos portugueses a retirada imediata nas regiões do rio Chire (Niassalândia, hoje Malawi) e das terras dos macololose, dos machonas (atual Zimbabwe) decretando o fracasso da pretensão ao mapa cor-de-rosa, Portugal, que se proclamara dono do território do atual Moçambique e Angola, se sentiu acuado quanto à incorporação de terras alegadamente inglesas, e o ultimato foi visto como uma humilhação nacional. Desta forma, se tornou mais agônico o desejo em garantir os territórios de tutela reconhecida, todavia os portugueses encontraram na figura de Ngungunhane a resistência, embora o império de Gaza estivesse dividido por alguns povos favoráveis aos colonizadores (SANTOS, G., 2007, p.164-165).



Houve um desentendimento entre dois desses régulos, um ligado aos portugueses e o outro a Ngungunhane, e esse desentendimento levou a um grande conflito que ficou conhecido como a rebelião ronga. Essa guerra gerou um grande mal estar entre os portugueses, pois, apesar de Ngungunhane não ter envolvimento direto com o conflito, eles atribuíam ao rei o grande saque feito em Lourenço Marques. Foram enviadas forças especiais à África a fim de conter a rebelião (VILHENA, 1999, p. 150).

A missão dada a Antônio Enes pela coroa portuguesa não era apenas de pacificar o território, mas de dominá-lo sob um forte esquema militar. Para isso ele contou com o apoio de Mouzinho de Albuquerque e de Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo, o coronel Galhardo, cujo “relatório pormenorizado, prolixo, mas falho” é identificado como texto oficial citado no “Fragmento do Fim (3)” de *Ualalapi*, acompanhado dos elogios a seu respeito escritos pelo “então comissário régio de Moçambique (1895), Antônio Enes [...] mais tarde, nas suas memórias” (2013 p.51-52). Na narrativa historiográfica, os régulos que estavam sob o comando de Ngungunhane e que haviam declarado guerra aos que estavam sob a proteção portuguesa se esconderam na corte do rei. Como exigência e mostra de sua amizade à coroa foi exigido que Ngungunhane os entregasse, ordem que ele não obedeceu e passou a ser visto como uma ameaça iminente aos portugueses. Ngungunhane resolve então reunir todos os soldados do seu reino e isso foi visto pelos portugueses como uma preparação para um ataque. A partir desse episódio estava declarada a sistemática guerra conhecida como a “Caça ao rei” (VILHENA, 1999, p.150).

O iminente desejo de vitória de Antonio Enes e do coronel Galhardo fê-los enveredar por uma verdadeira caçada em busca de Ngungunhane. Sabendo que estava sendo caçado, Ngungunhane transfere a corte de Manjacase para Chaimite, essa mudança foi entendida como uma fuga. Quando o coronel Galhardo chega a Manjancase, então capital do império, à procura do imperador, encontrou as casas vazias e uma trilha dos que tinham acabado de sair. Resolve então mandar saquear o que tinha sobrado e incendiar o que ainda estava de pé, este acontecimento ficou historicamente conhecido como “o incêndio de Manjacase” (KHOSA, 1990). Em Chaimite estavam enterrados o pai e o avô de Ngungunhane, por isso, era considerado um território sagrado. Ele resolve partir para esse lugar em busca da proteção de seus antepassados. Mesmo sabendo dos rumores de que Ngungunhane pensava em se entregar, Mouzinho de Albuquerque resolve prosseguir com a perseguição (VILHENA, 1999, p.154).

Ele contava com a ajuda da Marinha e de alguns soldados africanos pertencentes ao exército de alguns régulos que tinham se aliado aos portugueses. No dia 28 de dezembro de 1895 Mouzinho de Albuquerque chega a Chaimite e numa atitude suspeita ordena que Ngungunhane saia da palhota e então anuncia o fim de seu reinado. Na ocasião manda matar dois homens que acompanhavam o rei, seu conselheiro Mahune e o tio Queto. Há uma contradição no registro dos fatos, pois houve um relatório apresentado por Mouzinho de Albuquerque no qual ele exalta seu feito e se coloca na posição de herói. O acontecimento da prisão de Ngungunhane foi festejado em Lisboa, Mouzinho ficou conhecido como o grande soldado que conseguiu deter

e prender o rei vátua. No entanto, o relatório apresentado pelo comandante da marinha Álvaro José de Sousa Soares de Andrea<sup>14</sup>, trata do episódio como “Chaimitada” e questiona o estatuto de herói levantado em torno de Mouzinho de Albuquerque (VILHENA, 1999, p.163).

No mesmo dia 28 começa a ida de Ngungunhane para o exílio, ele e sete de suas muitas mulheres que foram escolhidas para acompanhá-lo. Foram elas Namatuco, Machacha, Patihina, Xisipe, Fussi, Muzamussi e Dabondi (KHOSA, 1990, p.91) Eles seguiram para Lourenço Marques e de lá foram levados para Lisboa. As mulheres não puderam ficar com ele porque a poligamia era uma prática condenável em Portugal<sup>15</sup>. De lá ele foi levado para Angra do Heroísmo nos Açores juntamente com seu filho Godide, seu tio Molungo e o também régulo Zixaxa. No exílio, Ngungunhane, submetido aos valores europeus, foi alfabetizado e batizado com o nome de Reinaldo Frederico Gungunhana, falecendo em 1906 (VILHENA, 1999, p.266).

Sem dúvida Ngungunhane é uma figura difusa e emblemática. Muitas histórias são contadas ao seu respeito e muito do que se sabe foi contado por fontes históricas portuguesas ou por meio de outras calcadas, sobretudo, na oralidade de Moçambique e de diferentes povos africanos. A sua história foi intensa marcada por muitas lutas e conquistas nas quais ele colecionava aliados e desafetos. No entanto, pode-se entendê-lo como uma figura representativa da resistência colonial em Moçambique. Em 1983, o então primeiro presidente da república de Moçambique, Samora Machel, fez a primeira visita oficial a Portugal e na ocasião se reuniu com o presidente português general Ramalho Eanes e, entre outras questões, solicitou que os restos de Ngungunhane fossem retornados para Moçambique. A autorização para exumação e translação é concedida em 4 de outubro de 1983 (VILHENA, 1999, p.300).

Todas as medidas foram tomadas para o atendimento do pedido, no entanto, como já haviam passado mais de 70 anos da morte de Ngungunhane e ele havia sido enterrado em campa rasa, dificilmente encontrariam seus ossos. A título simbólico foram retirados alguns punhados de terra do cemitério de Angra do Heroísmo e colocadas numa urna. Em *Mulheres de cinzas*, Mia Couto reporta-se a essa questão em termos de paradoxo associado às diferentes versões da história, que justificaria o título escolhido para a sua trilogia: “Existem, no entanto, versões que sugerem que não foram as ossadas do imperador que voltaram dentro da urna. Foram torrões de areia. Do grande adversário de Portugal restam areias recolhidas em solo português” (COUTO, 2015, p. 9). Já no texto de Ungulani Ba Ka Khosa avultam de forma inequívoca a figura humana e a sua voz proverbial recuperadas em sua força, altivez e presença viva incontestes, em lugar das dissolutas areias de múltiplas leituras (RIBEIRO, 2016).

---

14 Foi um comandante da marinha que juntamente com Mouzinho de Albuquerque esteve responsável pela captura de Ngungunhane. Segundo os relatórios apresentados por ele e registrados no livro de Vilhena, ele matinha uma postura muito mais ética que a de Mouzinho, por isso, apresentou dois relatórios a fim de desmistificar os feitos heroicos do compatriota.

15 A pesquisadora Maria da Conceição Vilhena publicou um artigo sob o nome de *As Mulheres de Gungunhana* no qual ela explica o destino dessas mulheres que não puderam ficar com o rei vátua já que em Portugal a poligamia não era permitida. Disponível em: [http://macua.blogs.com/mocambique\\_para\\_todos/2012/07/as-mulheres-de-gungunhana-por-maria-da-concei%C3%A7%C3%A3o-vilhena.html](http://macua.blogs.com/mocambique_para_todos/2012/07/as-mulheres-de-gungunhana-por-maria-da-concei%C3%A7%C3%A3o-vilhena.html). Acesso em 25 fev. 2015

Segundo Vilhena (1999, p. 300), todas as decisões oficiais foram autorizadas e levadas ao conhecimento de Samora Machel, para que não houvesse equívocos e atrasos. Mas o presidente moçambicano não levou os restos mortais no mesmo momento do pedido, aparentemente cedendo à burocracia e a interesses circunstanciais, caso tal hipótese pudesse ter sido alguma vez concebível ou exequível:

Ora o que se passava é que, não só Samora Machel iria viajar pela Europa, como também, em Maputo, havia uma comissão encarregada de organizar as cerimônias de recepção, de forma a que fossem “apropriadas e condignas”. Os preparativos estavam a ser feitos, mas a data ainda não tinha sido marcada, disse à ANOP uma fonte oficiosa de Maputo, em 16-XI-1983. Um dos trabalhos em curso seria a preparação de uma urna em tamanho natural, capaz de receber condignamente os despojos do rei de Gaza, simbolizados pelo punhado de terra colhido respeitosamente no cemitério em que havia sido enterrado. (VILHENA, 1999, p. 300).

Ainda conforme Vilhena, o motivo da demora seriam os preparativos para a festa de recebimento dos restos mortais de Ngungunhane. No dia 14 de junho de 1985, após uma cerimônia religiosa com representantes dos governos de Moçambique, de Portugal e dos Açores, são entregues os restos mortais que foram levados para Moçambique e recebidos com um cortejo, muita festa e um discurso de Samora Machel dando ênfase à resistência do “Leão de Gaza” frente à dominação colonial, lembrando também que aquele era o ano do 10º aniversário da independência de Moçambique. O cortejo seguiu pelas ruas “Angola” e “Eduardo Mondlane”. A urna preparada para receber as ossadas é uma obra de arte feita pelo escultor Paulo Come. O caixão foi feito de jambirre e chanfuta, madeiras moçambicanas, tem 2 metros de comprimento, 75 centímetros de altura e 225 quilos com adornos e baixo relevo:

Era magnificente [sic] aquela urna enorme. Exalava grandeza e o desejo de domínio. Um convite ao heroísmo. Era a negação da história de um pouco mais de um século; e um elo de ligação com o espírito de Gaza até 1894. De lágrimas nos olhos o povo via passar a urna; e esquecia querelas antigas, fome, lixo, decrepitude, desconforto, guerra. A urna de Gungunhana parecia ser portadora de uma mensagem de paz e bem-estar. (VILHENA, 1999, p.301-302)

É possível afirmar que parte do desejo de construir a imagem de um herói nacional a partir da figura de Ngungunhane estava satisfeito. Pelas palavras de Vilhena, é notório que tanto a cerimônia como também o cortejo ritualizaram o “nascimento” de uma figura que poderia contribuir para os discursos de unidade nacional e da busca de um ideal que fosse comum a recente nação moçambicana.

Ungulani Ba Ka Khosa consegue, através da corrente narrativa, articular essas memórias revisitando a história do reino de Gaza bem como do seu último imperador, Ngungunhane, em contraponto a tais celebrações, sem entrar no mérito de tantas questões. Através do entrelace

da literatura e das histórias que envolvem os acontecimentos da queda do império, possíveis heroísmos e vilanias tornam-se matéria para as articulações e trânsitos apresentados nas narrativas. O autor faz parte de uma gama de escritores que começaram a tomar a cena das letras moçambicanas na década de 80 do século XX e estavam dispostos a revisar as histórias que formaram a nação moçambicana e dar traços nacionais a essa literatura.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. “**O perigo da História Única**”. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento *Technology, Entertainment and Design* (TED Global 2009). <[http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt)>. Acesso em: 27 jun. 2021.

AFONSO, Maria Fernanda. **O conto moçambicano: escritas pós-coloniais**. Lisboa: Caminho, 2004.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai; a África na filosofia da cultura. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BENJAMIN, Walter. Sobre O conceito de História. In: **Magia e técnica, Arte e Política**. Ensaaios sobre Literatura e história da cultura. Vol.1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mulheres de Cinza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. As areias do Imperador, 1.

\_\_\_\_\_. **Sombras da água**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. As areias do Imperador, 2.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Porto: Vega, 1994.

HAMILTON, Russell G. A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial. **Via Atlântica**. São Paulo, n. 3, dez, 1999.

CUNHA, Paulo Jose. **Quando a verdade acaba, basta fabricar outra**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/quando-a-verdade-acaba-basta-fabricar-outra/>. Acesso em 20 de Jul. de 2022.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Mia Couto: espaços ficcionais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HONWANA, Luís Bernardo. **A velha casa de madeira e zinco**. Maputo: Alcance, 2019.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-Modernismo** – História, Teoria, Ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Ualalapi**. Lisboa: Caminho, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ualalapi**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao jornalista Allan da Rosa. Disponível em: <[https://tvcultura.com.br/videos/26724\\_entrelinhas-ungulani-ba-ka-khosa.html](https://tvcultura.com.br/videos/26724_entrelinhas-ungulani-ba-ka-khosa.html)> Acesso em 18 ago. 2016<sup>16</sup>.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao jornalista Eduardo Quive. Disponível em: <http://revistaliteratas.blogspot.com.br/2012/09/leituras-charrua-na-voz-do-seu-primeiro.html>> Acesso em 02 de Set. 2020.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Rogério Manjate. Disponível em: [http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaAfricana/Ungulani\\_Ba\\_Ka\\_Khosa.htm](http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaAfricana/Ungulani_Ba_Ka_Khosa.htm)>. Acesso 20 jan. 2016.<sup>17</sup>

MATA, Inocência. O pós-colonial nas literaturas africanas de expressão portuguesa. In: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa (org.). **África & Brasil: letras em laços. v.1. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.**

MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: **LEÃO, Ângela Vaz (org.)**. Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Caminho, 2002.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. De Honwana a Ba Ka Khosa e Mia Couto: trânsitos de literatura e memória na narrativa moçambicana. Texto apresentado no VI Encontro de Professores de Literaturas Africanas/ AFROLIC. Recife, 2016. (no prelo).

16 O último acesso ao vídeo foi em agosto de 2016, desde então o canal no YouTube tornou o vídeo privado, impossibilitando o acesso à entrevista com o autor.

17 O último acesso ao site foi em janeiro de 2016, desde então o site está desativado, impossibilitando o acesso ao texto da entrevista.

ROSA, João Guimarães **Tutameia – Terceiras Estórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

ROSÁRIO, Lourenço do. **A narrativa africana de expressão oral: transcrita em português. Luanda: Angolê, 1989.**

SALGADO, T.; SEPÚLVEDA, M. do C. **África e Brasil: letras e laços**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

SANTIAGO, Gilberto Torres Alves. **Gungunhana - Herói/Anti-herói**. 2015. Dissertação (Mestrado em Línguas Literaturas e Culturas) - Universidade de Aveiro, Portugal. 2015. Disponível em: [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16381/1/Gungunhana%20-%20Her%C3%B3i%20\\_Anti-her%C3%B3i.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16381/1/Gungunhana%20-%20Her%C3%B3i%20_Anti-her%C3%B3i.pdf). Acesso em 17 de março de 2017.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana no seu reino**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gungunhana: grandeza e decadência de um império africano**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.